

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****ILMO (A) SR (A). PREGOEIRO (A),****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026**

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA., sociedade empresária, com sede estabelecida na Av Morumbi, 8234 - 3.andar, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04703-901, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º 00.331.788/0001-19, e com filial estabelecida na Rua General David Canabarro, 600 - Centro, CEP 92.320-110, Canoas/RS, inscrita sob C.N.P.J. n.º 00.331.788/0027-58, doravante denominada **IMPUGNANTE** vem, mui respeitosamente, perante V.Sa., com fulcro no artigo 164 da Lei 14.133/21, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao edital convocatório, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DESTINADO ÀS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA/RS.**

Com a finalidade de cumprir, de forma integral, ao que dispõe os princípios e normas que regem o processo licitatório, a IMPUGNANTE vem, através desta, requerer ao (à) Ilmo (a) Pregoeiro (a), que avalie esta peça de impugnação e, conseqüentemente, reavalie o presente edital convocatório.

I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

A **IMPUGNANTE** eleva sua mais alta estima a esta Douta Comissão de Licitação e esclarece que o objetivo desta impugnação ao edital da licitação em referência não é o de procrastinar o bom e regular andamento do processo, mas tão somente, evidenciar os pontos que necessitam ser revistos, pois se mantidos provocarão a violação dos princípios e regras que regulam o processo licitatório e poderão inviabilizar o prosseguimento do feito e a contratação.

II. DA INEXEQUIBILIDADE DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL.

Em se tratando de licitações é essencial evitar entendimentos inadequados e diversos quanto aos termos do edital e seus anexos, que possam resultar em propostas desconformes com as condições indispensáveis para a Administração, desnivelando a disputa em prejuízo à saudável Competição e as condições de Isonomia entre os diversos participantes, com a finalidade de se obter a oferta mais vantajosa.

Ensina o eminente Administrativista Hely Lopes Meirelles [Licitação e contrato administrativo. 12. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999. P.112:

“o objeto da licitação é a própria razão de ser do procedimento seletivo destinado à escolha de quem irá firmar contrato com a Administração; se ficar indefinido ou mal caracterizado passará para o contrato com o mesmo vício, dificultando ou até mesmo impedindo a sua execução.”(g/n)

“A definição do objeto da licitação, é, pois condição de legitimidade da licitação, sem a qual não pode prosperar o procedimento licitatório, qualquer que seja a modalidade de licitação. É assim porque sem ela torna-se inviável a formulação das ofertas, bem como o seu julgamento, e irrealizável o contrato subsequente.”(g/n)

Desta forma, faz-se imperiosa a análise dos pontos abaixo apresentados, por constituírem fatores impeditivos para a formulação de propostas.

III. DA NECESSÁRIA FIXAÇÃO DE PRAZO RAZOÁVEL PARA RECARGAS, IMPLANTAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES

Dispõe o edital em seu item 21. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA, subitem 21.4:

21.4. A contratada deverá assegurar **a reposição imediata** do oxigênio medicinal sempre que necessário, especialmente nos casos de consumo contínuo, evitando qualquer interrupção no tratamento dos pacientes.

O edital estabelece obrigação de fornecimento contínuo e reposição imediata do oxigênio medicinal, inclusive para implantações e substituições, sem definir prazo operacional mínimo para atendimento das demandas, o que gera insegurança jurídica e excessiva onerosidade às licitantes.

Embora o objeto envolva oxigênio medicinal, o presente certame não possui natureza de atendimento emergencial hospitalar ininterrupto, tratando-se de registro de preços para atendimento programado das Unidades Básicas de Saúde do Município. Assim, a exigência de reposição “imediata” mostra-se desproporcional e restritiva à competitividade, especialmente considerando a logística de transporte, roteirização, disponibilidade operacional e distâncias de deslocamento.

A ausência de prazo objetivo transfere integralmente à contratada riscos operacionais ilimitados, possibilitando interpretações subjetivas por parte da Administração quanto ao tempo de atendimento esperado, em afronta aos princípios da razoabilidade, segurança jurídica, isonomia e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, **visando garantir equilíbrio contratual, viabilidade operacional e ampliação da competitividade do certame, requer-se a fixação expressa do prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a 72 (setenta e duas) horas para realização de recargas, implantações e substituições/ assistência técnica**, contadas da solicitação formal da Administração, prazo este plenamente compatível com a natureza do objeto e suficiente para assegurar a continuidade do atendimento sem prejuízo aos usuários do sistema público de saúde.

IV. DA NECESSÁRIA DEFINIÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANOS, MAU USO OU EXTRAVIO DE EQUIPAMENTOS EM COMODATO

O edital impõe à contratada a obrigação de substituição imediata de cilindros, concentradores e demais equipamentos, bem como a prestação de assistência técnica e manutenção integral dos bens disponibilizados em comodato, sem, contudo, estabelecer regra clara acerca da responsabilidade por eventuais danos decorrentes de mau uso, uso indevido ou extravio dos equipamentos por parte da Administração ou de terceiros sob sua guarda.

20.13. A contratada deverá substituir, de forma imediata, os cilindros, concentradores, acessórios ou quaisquer itens que apresentarem defeitos, avarias, falhas de funcionamento, vazamentos ou divergência em relação às especificações exigidas.

20.14. A contratada deverá fornecer assistência técnica e manutenção dos equipamentos disponibilizados em comodato, durante toda a execução contratual, responsabilizando-se pelos reparos, substituições e demais providências necessárias ao seu pleno funcionamento.

Tal omissão cria desequilíbrio na relação contratual, uma vez que transfere integralmente à contratada riscos que não lhe podem ser automaticamente imputados, especialmente quando os equipamentos permanecem sob posse e utilização direta das unidades municipais ou pacientes indicados pela Administração.

Nos termos dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo, é indispensável que o edital delimite expressamente que a contratada não poderá ser responsabilizada por perdas, danos ou desaparecimento de equipamentos quando decorrentes de mau uso, negligência, guarda inadequada ou extravio não imputável à sua atuação técnica.

No que tange a substituição das peças e as exigências de reposição de peças e acessórios dos equipamentos, vimos salientar que estes deverão correr por conta da Contratada, porém desde que não seja identificado o mau uso do equipamento.

A reposição de peças deve ocorrer somente se detectado avarias de fabricação e não por mau uso ou desgaste por tempo de uso do equipamento, o que sugerimos para estes casos que uma avaliação técnica seja realizada.

Deste modo, caso seja constatado o mau uso do equipamento, a Contratada fará um orçamento e a reposição do equipamento e/ou peças somente será realizada mediante aprovação da Contratante.

Portanto, solicitamos a retificação do edital para alterar a exigência disposta nos subitens supra para que as condições de Garantia e Assistência Técnica para reposição de peças e acessórios durante o período de garantia, somente ocorram para os casos em que não forem constatados mau uso dos equipamentos, oportunidade em que a Contratada apresentará Orçamento para aprovação e execução do serviço.

Diante do exposto, vimos a ora impugnante exigir a retificação do edital para as alterações sugeridas acima e esta Administração Pública possa atender o Princípio da Competitividade e da Isonomia.

V. DA CONTRADIÇÃO ENTRE AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A PREVISÃO DE PAGAMENTO DAS RECARGAS DE OXIGÊNIO

O item 20.16 do edital estabelece que:

20.16. A contratada deverá arcar com todos os custos de instalação, substituição, manutenção, **recarga** e colocação em funcionamento dos equipamentos, quando necessário, sem qualquer ônus adicional à Contratante.

Entretanto, verifica-se manifesta contradição entre a referida cláusula e a própria composição dos lotes e itens do certame, os quais preveem expressamente remuneração específica para as recargas de oxigênio medicinal.

Isso porque o objeto licitado contempla itens autônomos destinados justamente ao pagamento das recargas, dentre eles:

- Item 2 do Lote 01 – “Recarga de oxigênio medicinal”;
- Item 2 do Lote 02 – “Recarga de oxigênio medicinal fornecido em cilindros de 1m³”;
- Item 4 do Lote 02 – “Recarga de oxigênio medicinal fornecido em cilindros de 3m³ a 10m³”;
- Itens 1 e 2 do Lote 03 – ambos destinados à recarga de oxigênio medicinal.

Ou seja, o edital estabelece preço unitário específico para remuneração das recargas, mas simultaneamente impõe à contratada a obrigação de arcar integralmente com tais custos “sem qualquer ônus adicional à Contratante”, gerando evidente incompatibilidade entre as cláusulas editalícias.

Tal inconsistência compromete a clareza e objetividade do instrumento convocatório, podendo ocasionar interpretações divergentes quanto à formação da proposta comercial, ao equilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato e à efetiva execução contratual.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o edital deve conter regras claras, precisas e objetivas, aptas a garantir segurança jurídica, julgamento objetivo e adequada formulação das propostas pelos licitantes.

Nesse sentido, dispõe o artigo 5º da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da transparência, da segurança jurídica, da razoabilidade, da proporcionalidade, da competitividade, da vinculação ao edital e do julgamento objetivo.”

Dessa forma, a manutenção da redação atual do item 20.16 gera insegurança jurídica e risco de dupla interpretação, uma vez que não é possível concluir se as recargas serão efetivamente remuneradas pelos itens

específicos constantes da planilha ou se deverão ser suportadas integralmente pela futura contratada sem contraprestação.

Assim, requer-se:

- a) o esclarecimento formal acerca da forma de remuneração das recargas de oxigênio medicinal previstas nos lotes do certame;**
- b) a retificação do item 20.16 do edital, para excluir a obrigação genérica de a contratada arcar com os custos de “recarga”, considerando que tais serviços já possuem itens próprios de remuneração na composição do objeto licitado.**

VI. QUANTO AO QUANTITATIVO ATUAL DE PACIENTES

Da análise do edital convocatório verifica-se que o objeto licitado não informa a quantidade atual de pacientes ativos.

Considerando que para a formação da proposta de preços é necessária a informação da quantidade atual de pacientes ativos.

Questiona-se:

- **Qual o quantitativo atual de pacientes ativos?**

Condição esta de substancial importância para que as empresas possam estimar o custo para fornecimento do objeto contemplado no processo.

Diante do exposto, vem a ora Impugnante requerer a retificação do edital para as alterações sugeridas acima a fim de que esta Administração Pública possa atender ao Princípio da Competitividade e da Isonomia.

VII. DA AUSÊNCIA DE PRAZO PARA FORNECIMENTO DO OBJETO EM CASO DE TRANSIÇÃO DE FORNECEDORES.

Analisando o ato convocatório não há menção de prazo para fornecimento do objeto licitado em caso de migração dos produtos e materiais nos locais indicados, no caso do processo licitatório ter como licitante vencedora uma empresa que não seja a atual fornecedora.

Assim, questiona-se:

- **Qual o prazo para fornecimento do objeto em caso de licitante vencedora ser diferente da atual fornecedora desta Administração?**

Visto que é primordial a definição de prazos para o devido atendimento a esta Administração Pública, é imperioso destacar que não havendo esta informação esta Administração Pública fica a mercê das empresas licitantes no quesito de implantação ou troca de equipamento.

Portanto, **para isso requeremos a retificação do edital para a devida definição de prazos para fornecimento do objeto licitado, razão pela qual sugerimos caso o vencedor não seja o atual fornecedor o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, visto que, trata-se de um dos 20 maiores municípios em extensão territorial do RS.**

VIII. QUANTO A VOLTAGEM DOS CONCENTRADORES

Da análise do descritivo dos itens licitados, verifica-se que não consta informação relativamente à voltagem dos concentradores.

Assim, questiona-se:

- **Qual a voltagem dos concentradores?**

IX. DA RESTRIÇÃO DE COMPETITIVIDADE PROVOCADA PELA PREVISÃO DE CAPACIDADES FIXAS PARA OS CILINDROS.

Considerando que o referido instrumento determina que os cilindros possuem capacidade fixa.

Considerando que os fornecedores de gases no mercado trabalham com cilindros em que suas capacidades variam em torno de 1 m³ de um fornecedor para outro;

Considerando que ao exigir capacidades FIXAS e PRÉ-DETERMINADAS para os cilindros, ao invés de capacidades APROXIMADAS, a Administração acaba por restringir o caráter competitivo da disputa.

Mostra-se essencial a necessidade de alteração do edital para contemplar que as capacidades nele previstas sejam APROXIMADAS e não FIXAS.

Deve-se considerar o fato de que existem várias empresas fornecedoras de gases no mercado que possuem cilindros com capacidade que difere umas das outras. Essa variação gira em torno de 1m³ na capacidade do cilindro fornecido por um fornecedor do fornecido por outro.

Além disso, não há qualquer impedimento técnico que justifique a FIXAÇÃO da capacidade de cilindros, já que produto fornecido através de um cilindro de 1m³ poderá também ser fornecido em cilindro de 2m³, sem que isso prejudique as atividades do órgão.

No intuito de ampliar o caráter competitivo da licitação, torna-se necessário, a aplicação de **uma margem de tolerância na capacidade dos cilindros.**

Desta feita, sugerimos ao Ilmo pregoeiro que o edital convocatório determine que a contratada disponibilize cilindros com **CAPACIDADES APROXIMADAS** às capacidades exigidas no Pedido de aquisição.

Ante a estas razões e a fim de não restringir a participação de um maior número de empresas na licitação, o edital pode ser alterado em seus itens para a seguinte descrição: **DE 04 A 08 M3**

Como já exposto, tal solicitação visa tão somente a ampliação da gama de licitantes no presente processo licitatório.

Licitação é sinônimo de Competitividade, onde não há competição, não poderá haver licitação.

Consubstanciando a importância do Princípio da Competitividade, transcrevemos abaixo o entendimento do Prof. Diógenes Gasparini, apresentado no II Seminário de Direito Administrativo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (fragmento retirado do sítio http://www.tcm.sp.gov.br/legislacao/doutrina/14a18_06_04/diogenes_gasparini4.htm)

“O princípio da competitividade é, digamos assim, a essência da licitação, porque só podemos promover esse certame, essa disputa, onde houver competição. É uma questão lógica. Com efeito, onde há competição, a licitação não só é possível, como em tese, é obrigatória; onde ela não existe a licitação é impossível.

(...)

Em suma, o princípio da competitividade de um lado exige sempre em que se verifique a possibilidade de se ter mais de um interessado que nos possa atender, que nos possa fornecer o que desejamos. Essa constatação determina ou não a promoção da licitação. Portanto, a competição é exatamente a razão determinante do procedimento da licitação, mas ele tem uma outra faceta que muitas vezes é despercebida pelo operador do Direito. Se a competição é a alma da licitação, é evidente que quanto mais licitantes participarem do evento licitatório, mais fácil será à Administração Pública encontrar o melhor contratado. Sendo assim, deve-se evitar qualquer exigência irrelevante e destituída de interesse público, que restrinja a competição. Procedimento dessa natureza viola o princípio da competitividade.”

X. DA CONCLUSÃO

Sendo assim, concluímos que o presente edital não atende à legislação pertinente, por conter vícios que o torna nulo para o fim a que se destina, razão pela qual solicitamos que ele seja reformado, tendo em vista que tais modificações afetam diretamente a formulação das propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, em cumprimento ao inciso IV, §1º do Artigo 55 da Lei 14.133/21.

“...§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas. :” (g/n)

Lembramos por oportuno o que apregoa o Mestre Hely Lopes Meirelles:

"é nulo o edital omissivo ou errôneo em pontos essenciais, ou que contenha condições discriminatórias ou preferenciais, que afastem determinados interessados e favoreçam outros. Isto ocorre quando a descrição do objeto da licitação é tendenciosa, conduzindo a licitante certo e determinado, sob falsa aparência de uma convocação igualitária."(g/n)

X. DO PEDIDO.

Aduzidas as razões que balizaram a presente Impugnação, esta IMPUGNANTE requer, com supedâneo na Lei nº. 14.133/21 e suas posteriores alterações, bem como as demais legislações vigentes, o recebimento, análise e a admissão desta peça, para que o ato convocatório seja retificado nos assuntos ora impugnados, ou ainda, como pedido de esclarecimentos, se o caso, até mesmo em razão de sua tempestividade, bem como que sejam acolhidos os argumentos e requerimentos nela expostos, sem exceção, como medida de bom senso e totalmente em acordo com as normativas emitidas pelos órgãos governamentais e de saúde e com os princípios administrativos previstos em nosso ordenamento jurídico.

Caso não entenda pela adequação do edital, pugna-se pela emissão de parecer, informando quais os fundamentos legais que embasaram a decisão do Sr. Pregoeiro.

Por fim, reputando o aqui exposto solicitado como de substancial mister para o correto desenvolvimento do credenciamento, aguardamos um pronunciamento por parte de V.S.as, com a brevidade que o assunto exige.

Termos em que,
Pede deferimento.
São Paulo/SP, 29 de Maio de 2026.

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA